

“A democracia vem aí.
Sorria!”: memórias sobre
o AI-5 e perspectivas
democráticas no estado do
Paraná

“Democracy is coming.
Smile!”: memories about
the AI-5 and democratic
perspectives in the state of
Paraná

Lucas Alves da Silva¹



Resumo: Promulgado em dezembro de 1968, o Ato Institucional número 5 (AI-5) vigorou até dezembro de 1978, tendo endurecido a repressão e legitimado ações truculentas, perseguições políticas, censura, entre outras práticas arbitrárias por parte dos agentes da ditadura militar brasileira. Com a queda do AI-5, em janeiro de 1979, novas perspectivas e possibilidades sobre o futuro do Brasil passaram a ser avistadas no horizonte político do país. Já no ano de 1988, no estado do Paraná, diferentes jornais publicaram reportagens que diziam respeito ao vigésimo aniversário de implantação do AI-5 no Brasil. Tendo como base tais colocações, objetivamos refletir sobre as narrativas elaboradas pela imprensa escrita paranaense em referência ao AI-5 em dois momentos distintos: 1979 e 1988. Analisamos algumas reportagens publicadas pelos jornais Correio de Notícias e Diário do Paraná no início de 1979, bem como um dossiê produzido por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), que aponta para publicações dos jornais Folha de Londrina e O Estado do Paraná a respeito dos vinte anos do AI-5. Terminada a vigência do AI-5, nota-se um misto de entusiasmo pela democracia que se aguardava e receio de um possível retrocesso militar.

Palavras-chave: ato institucional nº 5; memória; imprensa; ditadura; militares.

Abstract: Enacted in December 1968, Institutional Act number 5 (AI-5) was in force until December 1978, having stiffened repression and legitimized truculent actions, political persecution, censorship, among other arbitrary practices by agents of the Brazilian military dictatorship. With the fall of the AI-5, in January 1979, new perspectives and possibilities for the future of Brazil began to be seen on the political horizon of the country. In 1988, in the state of Paraná, different newspapers published reports concerning the twentieth anniversary of the implementation of the AI-5 in Brazil. Based on these statements, we aim to reflect on the narratives elaborated by the Paraná written media in reference to the AI-5 in two different moments: 1979 and 1988. We analyzed some reports



published by the newspapers *Correio de Notícias* and *Diário do Paraná* in early 1979, after the end of the AI-5, as well as a dossier produced by agents of the National Information Service (SNI), which points to publications by the newspapers *Folha de Londrina* and *O Estado do Paraná* about the twenty years of AI-5. With the end of AI-5, there was a mix of enthusiasm for the expected democracy and fear about a possible military setback

Keywords: institutional act nº 5; memory; media; dictatorship; military.

Lucas Alves da Silva
“A democracia vem aí. Sorria!”: memórias sobre o
AI-5 e perspectivas democráticas no estado do Paraná



Introdução

Em nome de uma transição “lenta, gradual e segura”, segura especialmente para os militares que se encontravam no poder, um processo de esquecimento foi elaborado e aplicado à sociedade brasileira durante o período de transição política, entre meados da década de 1970 e o decorrer da década de 1980, e acabou por se estender por períodos posteriores. Como resultado, temos hoje uma parcela considerável da sociedade que desconhece o que foi e como funcionou o governo ditatorial instalado no Brasil por meio do golpe de 1964, que durou até 1985. Em partes, isso ocorre em razão do apagamento da memória coletiva a respeito dos mecanismos de repressão e controle utilizados pelo aparato militar, da ocultação da violência aplicada no período e da falta de reconhecimento de que parte da sociedade e do empresariado participaram do golpe e contribuíram com a sustentação das estruturas do regime (STARLING, 2015).

Tendo em vista tais tensionamentos, buscaremos aqui analisar as contribuições de alguns periódicos impressos paranaenses para a construção das memórias a respeito do que foi o AI-5, bem como as expectativas e discussões que entrelaçaram o fim do ato com a construção de um futuro democrático. As análises realizadas abordam dois momentos distintos: o primeiro em janeiro de 1979, logo após a queda do AI-5, que deixou de vigorar em 31 de dezembro de 1978, e o segundo em dezembro de 1988, quando alguns jornais paranaenses publicaram reportagens alusivas aos 20 anos do Ato, numa tentativa de resgatar determinadas memórias sobre o que sua promulgação representou e causou. Para o primeiro recorte, analisaremos algumas reportagens publicadas pelos jornais *Diário do Paraná* e *Correio de Notícias* em janeiro de 1979. Ambos os jornais foram fundados e editados na cidade de Curitiba, e circularam principalmente na capital e região metropolitana.

Fundado em março de 1955 e com circulação até janeiro de 1983, o jornal *Diário do Paraná* compunha a rede dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, vinculados ao ex-governador Bento Munhoz da Rocha, e apresentava o seguinte lema: “Jornal da Família Paranaense”. Segundo classificação realizada pelo SNI, tratava-se de um jornal de caráter opinativo e tendência moderada em relação a seu posicionamento político (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 30). Já o *Correio de Notícias* foi fundado em maio de 1977, e teve três fases distintas, circulando até 1992. Na primeira delas, circulou de sua fundação até dezembro de 1979. Na segunda, funcionou entre os meses



de março e o fim de maio de 1980. Em sua última fase, o jornal circulou de maio de 1984 até dezembro de 1992. O jornal esteve ligado a grupos políticos de oposição à ditadura militar, em especial ao MDB e PMDB, apoiando as eleições de José Richa e Álvaro Dias ao governo do estado, já na década de 1980 (PAES, 2021). Em 1980, um dossiê do SNI (ARQUIVO NACIONAL, 1980, p. 7) que abordava os aspectos psicossociais do Paraná e Santa Catarina apontou, no espaço destinados a analisar os meios de comunicação, que o *Correio de Notícias* estaria dando ampla cobertura aos movimentos sociais e às entidades de caráter contestatório que se desenvolveram próximos da capital.

No início de 1979, os jornais paranaenses, a exemplo de outros espalhados pelo país, expressavam expectativas e temores sobre o futuro da política brasileira após a queda dos mecanismos de controle e vigilância impostas pelo AI-5 – mesmo que mantidas algumas salvaguardas –, momento que aqui consideramos como marco inicial da abertura democrática, ainda que o projeto de distensão estivesse em curso desde 1974.

Para o segundo momento, partiremos de um dossiê produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre notícias que rememoraram o AI-5 em 1988. Diante da preocupação sobre a memória que estaria se constituindo a partir da imprensa, o SNI produziu um dossiê que apresenta publicações dos jornais *O Estado do Paraná*, *Folha de Londrina* e *Diário Catarinense* sobre o que foi e as consequências do AI-5. Tendo em vista o objetivo de pensar sobre os reflexos da ditadura no estado do Paraná, analisaremos aqui as publicações dos dois primeiros periódicos, sendo que a publicação em destaque do jornal *O Estado do Paraná* foi divulgada na edição do dia 11 de dezembro de 1988, já a reportagem da *Folha de Londrina* foi publicada em 13 de dezembro do mesmo ano. O jornal *O Estado do Paraná*, fundado em 1951, tinha sua sede na capital Curitiba e ampla penetração em municípios como Londrina, Paranaguá e Ponta Grossa. Era de propriedade de Paulo Pimentel, ex-governador paranaense (1966-1971) vinculado ao partido Arena, e considerado pelo SNI como um veículo com linha de atuação moderada em relação ao governo militar (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 75).

O jornal *Folha de Londrina*, fundado em 1948 e em circulação ainda nos dias atuais, é o maior periódico do interior do estado e segundo maior do Paraná, atrás apenas da *Gazeta do Povo*, e tem como sede a cidade de Londrina, segundo maior município paranaense. No início da década de 1980, após uma mudança no quadro societário e diretivo do *Folha de Londrina*, embora considerado um veículo moderado, o jornal foi classificado pelo próprio SNI como um periódico



de linha editorial “acentuadamente esquerdista” (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 61), isso em razão do caráter contestatório e crítico ao governo federal e estadual assumido pela nova chefia, vinculada ao diretório do PMDB na cidade de Londrina e a movimentos sociais. Por outro lado, Humberto Nogueira (1999, p. 8) ressalta que trata-se de um jornal de caráter moralista e conservador, “porta-voz dos interesses da classe dominante local”.

Todos os jornais hora brevemente apresentados estavam, direta ou indiretamente, vinculados a grupos políticos atuantes na esfera pública paranaense, e podemos considerar que seus posicionamentos podem expressar também formas de pensar e agir destes agentes atuantes no período de transição política e construção democrática. Ou seja, no longo prazo, podem ter contribuído para a perpetuação de valores que se mantêm vivos, embora, é claro, diversos outros fatores atuam juntamente com a imprensa, mesmo que em caminhos contrários, para a formação de opiniões e consensos sobre determinado assunto.

Mesmo após o fim do ciclo de 21 anos de governos militares, iniciado em 1964, com o Marechal Humberto Castelo Branco, e encerrado em 1985, com o mandato do General João Batista Figueiredo e a posse do primeiro presidente eleito, ainda que indiretamente, desde o início da ditadura, podemos notar que não findou-se o acompanhamento, por parte dos agentes do SNI, de ações consideradas ameaças aos militares, ou que pudessem colocar em risco sua imagem, seus privilégios e sua influência. O documento do SNI aqui analisado, por exemplo, foi elaborado em dezembro de 1988, já sob um governo civil, do presidente José Sarney², e pouco tempo após a promulgação da Constituição Federal, realizada em 5 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988).

A promulgação da Carta Magna brasileira é considerada por alguns historiadores, como Daniel Aarão Reis (2014, 2018), o marco final da transição democrática brasileira. Reis defende ainda a ideia de que o Estado de Exceção teria terminado já em 1979, com o fim dos Atos Institucionais e com a anistia, que deu início a um lento processo de transição. Contudo, tivemos ainda por alguns anos a permanência de práticas de cerceamento e investigação de ações que pudessem se configurar como subversivas para os militares, mesmo estando estes, ao menos teoricamente, alijados do poder. O próprio SNI, criado em 1964 pelos militares para dar maior coordenação às atividades ligadas à informação e subsidiar ações contra opositores, só foi extinto oficialmente no ano de 1990, já sob o governo de Fernando Collor de Melo, ou seja, após o fim da fase de transição política.



Durante a abertura política, é possível observar o temor dos militares por um possível “revanchismo” por parte das esquerdas, em especial das pessoas e grupos que sofreram com a perseguição política e repressão ocorridas durante a ditadura. Conforme aponta Marcos Napolitano (2014), o receio dos militares era de que fossem elaboradas políticas públicas que tivessem como objetivo apurar os crimes contra os Direitos Humanos cometidos pelos agentes da repressão e os mesmos fossem posteriormente punidos por suas ações, fato que não veio a ocorrer até o momento. Para efetivação da transição dentro da ordem militar, a ação das camadas populares precisava ser limitada, o que impediu a construção de uma democracia sob bases mais inclusivas, mas garantiu a permanência de aspectos autoritários, ancorados em valores liberais.

Outro ponto importante para pensar a redemocratização e manutenção dos privilégios militares foi a Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6.683) (BRASIL, 1979). O perdão induzido por meio da referida lei foi concedido tanto aos que lutaram contra o regime quanto aos militares que haviam cometido abusos em nome do Estado. Ao menos inicialmente, não foram anistiados aqueles indivíduos que atuaram na resistência e haviam sido condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (TELES, 2010), mas foram perdoados os militares acusados pela prática de tortura, desaparecimentos e execução de adversários políticos. As consequências desta “graça anistiante” aos agentes que atuaram em nome do Estado vão além da impunibilidade e da injustiça, e geraram ainda a falta de memória – ou, nas palavras de Matheus Pereira (2015), de uma “justa memória” – das gerações futuras em relação à truculência com que operaram os militares. Porém, por mais que a “graça anistiante” possa engendrar um silenciamento coletivo a respeito de determinados acontecimentos, ela não é eficaz na cura das feridas e dos traumas sofridos pelas vítimas de determinados crimes, sendo trazidas à tona de forma recorrente. Para que haja perdão, é preciso que haja acusação, julgamento, condenação e punição (RICOEUR, 2007), logo, no caso das anistias, este processo se vê impelido em razão da impunidade dos militares.

Para Jeanne Gagnebin (2010, p. 179), a anistia implica na imposição do esquecimento, assim, “impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar”. No entender de Daniel Aarão Reis (2010, p. 173), este não lembrar que orbita em torno da Lei de Anistia no Brasil apresenta três formas distintas: “o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre



1966 e 1973". Os pontos levantados pelo autor indicam como a anistia suscitou um acordo de paz com o passado com o intuito de evitar desgastes futuros. Tal fato implicou em não criminalizar os torturadores e assassinos e em não denunciar a parcela da sociedade civil que participou e financiou o golpe, que, por conta da forte pressão popular contra os militares durante as mobilizações pela redemocratização, não desejava ter sua figura atrelada a eles, de modo especial o empresariado. Por último, a anistia resultou também em não trazer a público os objetivos dos grupos de esquerda, que apresentavam propostas de sociedade que colocavam em risco a hegemonia capitalista e que poderiam, e talvez ainda possam, representar um temor de que articulações fossem retomadas e ganhassem força, suscitando uma maior penetração de camadas populares na elaboração de políticas de Estado, algo combatido pelos militares e seus confrades.

Por conta destas e outras ações ocorridas durante a redemocratização, podemos afirmar que tivemos uma transição tutelada e controlada pelos militares, com foco no processo de reconciliação, operada via agenciamento da memória e indução ao esquecimento quanto às atrocidades cometidas pelos agentes da ditadura. Este trabalho de memória acabou por fomentar entendimentos controversos sobre o papel político das Forças Armadas na sociedade, como a ideia de que aos militares caberia a função de "guardiões" da democracia no país, o que acaba por distorcer aspectos da própria democracia, que estaria sob a vigia constante das casernas. Para Caroline Bauer (2014, p. 124), o processo de redemocratização, baseado no ideal de reconciliação, "[...] teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio", fatores utilizados como mecanismo para garantir que os militares e as elites alinhadas ao poder permanecessem na dianteira do processo de transição. Colaborando com esta dinâmica que resultou em certa interdição do passado repressivo, Tancredo Neves, membro do grupo político mais numeroso que fazia oposição ao regime, primeiro presidente civil eleito após 21 anos de ditadura e um dos principais articuladores da abertura política, declarou que o processo de "argentinização"³ não atingiria o Brasil (BAUER, 2014, p. 125). Em outras palavras, que os militares culpados por diversos crimes de violação dos Direitos Humanos não seriam punidos.

Apesar de toda luta por parte das vítimas da ditadura e das ações dos defensores dos Direitos Humanos para impedir o silenciamento dos abusos cometidos durante este período da nossa história recente, a ausência de uma memória coletiva a respeito destes anos é um dos elementos que tem barrado a



efetivação da justiça de transição. A ausência de punição tem sido utilizada, no presente, por negacionistas e revisionistas, como justificativa para uma série de condutas, discursos e uma ideologia repressiva que permanece atuante e que dá voz a uma determinada “comunidade de memória” (PEREIRA, 2015, p. 884), que sustenta posicionamentos autoritários e lembra com saudosismo o período em que os militares estiveram no poder. Temos assim um uso político do passado que, por meio do agenciamento da memória “promoveu a valorização de uma certa época e de certos personagens” (CAPELATO, 2006, p. 68), com um discurso que destacou, de forma um tanto parcial e unilateral, elementos como a “ameaça comunista”, a moralização das instituições públicas e o “milagre econômico”, numa tentativa de justificar o passado de exceção. Podemos inferir que a sobrevivência destas narrativas são uma evidência de como a proposta de reconciliação e esquecimento induzido, liderada pelos militares, se mostrou eficiente, assim como da importância de abordar publicamente este tema.

Por meio dos jornais e do documento do SNI e tendo como amparo analítico as discussões sobre cultura política, esperamos fazer uma leitura do período selecionado que nos permita identificar práticas e pensamentos que ainda revigoram na memória social. Ao trabalhar com a imprensa, Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2006, p. 11) assinalam que é preciso partir do pressuposto de que se tratam de empresas que negociam um produto “capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas”. Ao escolher um jornal como fonte histórica é preciso “pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos” (SILVA; FRANCO, 2010, p. 5). Nesta seara jornalística, é tarefa necessária problematizar a pretensão dos veículos de comunicação em se colocarem como canais de transmissão neutros e objetivos, visto que a imprensa busca se legitimar como autoridade justamente ao evocar-se como portadora da verdade e mediadora imparcial de informações. Neste jogo mercadológico no qual a imprensa atua, “é ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (GREGOLIN, 2007, p. 16).

Outro aspecto histórico e temporal inerente aos meios de comunicação, diz respeito à maneira na qual eles “organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada, simultaneamente, por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente” (LOHN,



2016, p. 61). Enquanto produtora de discursos carregados de valores políticos e ideológicos, a imprensa é também parte de um presente carregado de experiências, leituras do passado e de expectativas em relação ao futuro (LUCA, 2016), as quais são repassadas aos leitores em cada publicação e vão, junto a outros elementos, contribuir com a formação de novas representações que os situam no tempo. O que temos é um processo simbólico de doutrinação, que se dá por meio da imposição de fatos, apresentados muitas vezes como ordinários e inevitáveis, que acabam por construir e difundir uma narrativa como sendo algo natural, e por isso não passível de questionamentos. Sob tal perspectiva, o jornal acaba por exercer o papel de produção de sentidos passíveis de inscrição na memória social (FERREIRA, 2007), em um movimento operado por meio de estratégias de visibilidade e silenciamento. Entendemos que o conteúdo veiculado pelos jornais tem potencial propagador de sociabilidades, de reverberar ideias e contribuir para a construção e perpetuação de opiniões e da cultura política por onde circula.

Vale salientar que a categoria cultura política, estando ligada diretamente ao culturalismo, compreende um conjunto de “normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, p. 353). Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 115) acrescenta que diversos elementos podem fazer parte deste referencial que constitui uma cultura política, podendo os mesmos serem transformados com o passar do tempo, em um “[...] processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além da literatura, da cultura visual e das diferentes mídias”. Em uma mesma sociedade coexistem diversas visões e posicionamentos quanto às representações elaboradas, a depender das experiências, grau de formação, interesses e outros fatores, específico de cada grupo e realidade social, podendo o conceito ser trabalhado no plural, com a ideia de que há culturas. Neste sentido, acreditamos que o uso da categoria cultura política pode contribuir para uma melhor compreensão de como o Estado e a imprensa operaram para garantir que o esquecimento, aqui utilizado como prática política, suscitasse na população uma leitura comum desse passado traumático, em que prevaleceu a defesa da reconciliação como princípio, e não de justiça propriamente dita. Assim, buscaremos na presente investigação identificar elementos ligados à memória que podem ter interferido na formação de uma cultura política de cunho conservador, autoritário, de desprezo às minorias e à pluralidade e, conseqüentemente, antidemocrática.

Diante das discussões apresentadas e buscando refletir sobre elementos que



atuaram na elaboração das memórias sobre o AI-5, um dos dispositivos mais representativos das arbitrariedades e autoritarismo do regime militar, dividimos o texto em duas partes. Na primeira, buscamos entender o que foi o AI-5 e analisamos o que teria motivado a promulgação do ato, segundo entrevistas de pessoas que foram por ele impactadas, publicadas nos jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná* em 1988. No segundo momento, buscamos perceber quais relações foram estabelecidas entre o fim do AI-5 e o estabelecimento de um ambiente democrático, bem como as expectativas em relação ao futuro que se desenhava nos dois momentos analisados e que se apresentaram ao rememorar as arbitrariedades da ditadura. Para esta análise, recorreremos ao dossiê do SNI e as reportagens por ele elencadas, além de publicações dos jornais *Correio de Notícias* e *Diário do Paraná*.

AI-5: a violência chancelada pelo Estado

Ao apontar para as publicações sobre os 20 anos do AI-5 no Brasil, o dossiê elaborado por agentes do SNI em 1988 indica que os jornais “referem-se ao AI-5 como uma incisão profunda, extensa e traumática na vida nacional, procurando colocar para os leitores, os perigos de um novo ‘golpe militar’. A esquerda, por sua vez, é lembrada como a maior combatente do ‘fascismo’ que se instalou a época” (ARQUIVO NACIONAL, 1988, p. 2). De fato, trata-se de um dos eventos mais traumáticos na história recente do país, uma ferida aberta e não curada, tanto pelo reconhecimento tardio dos crimes cometidos pelo Estado, como pela ausência de punição dos envolvidos. Tal cenário deixou marcas profundas na formação da estrutura política e social do país, que ainda acena diretamente e com saudosismo para o militarismo e suas práticas autoritárias. Contudo, os perigos de um novo golpe militar parecem não ter sido compreendidos por uma parcela considerável da sociedade, bem como as esquerdas nem sempre são lembradas como a resistência que lutou contra o arbítrio, a violência e as violações de direitos.

A questão é que desde os momentos iniciais após o golpe de 1964, o Brasil passou a assistir cenas de violência e repressão executadas sob ordens ou aprovação do governo federal. Até 1968, tais arbitrariedades eram realizadas sem o respaldo direto das leis vigentes, mas com a conivência do poder executivo, já a partir de dezembro do mesmo ano, tivemos a institucionalização da violência com a promulgação do AI-5. O ano de 1968 foi marcante em diversos aspectos, não só no Brasil, mas no mundo, em especial em razão das movimentações do



chamado “Maio de 68”, que agitou a juventude de vários locais do globo. No Brasil, destacamos duas grandes movimentações por parte dos trabalhadores: as greves de metalúrgicos de Contagem, região de Minas Gerais, e Osasco, região de São Paulo, organizadas por grupos de esquerda ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Tivemos também em 1968, em um processo de resistência ao governo autoritário instalado em 1964, várias manifestações estudantis, as quais foram duramente reprimidas pela ação militar e resultaram na morte de estudantes, gerando grande comoção nacional e ampliando as adesões à resistência (ANTUNES; RIDENTI, 2007).

Conforme as manifestações e a resistência aumentavam, crescia também a insatisfação de grupos militares em relação ao contexto político do período, em especial dos adeptos da chamada “linha dura” (VASCONCELOS, 2013). Esta ala militar já havia se colocado contra a forma com que Humberto Castelo Branco e seus apoiadores – os castelistas – conduziam o governo, e defendiam uma maior centralização de poder no executivo e o recrudescimento do autoritarismo no combate aos opositores do regime. Em meio a este contexto de tensão, vale destacar o episódio envolvendo o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, do MDB⁴ da Guanabara, que teria sido o estopim para o governo do então presidente General Artur da Costa e Silva decretar o AI-5. Este evento, contudo, não deve ser interpretado como a causa da promulgação do AI-5, mas uma gota d’água que fez transbordar um copo já cheio, marcado por elementos como a crise econômica herdada do governo anterior, agitações sociais que já vinham se arrastando e a própria pressão dos quartéis pelo endurecimento do regime. Em linhas gerais, o discurso do deputado, realizado no início de setembro de 1968, pedia o boicote às manifestações do dia 7 de setembro daquele ano e solicitava que as mulheres não namorassem militares que apoiassem o governo ou que se mantivessem neutros. Após a fala do deputado, a “linha dura”, que se dizia extremamente ofendida e já almejava o aumento das ações repressivas por parte do Estado, passou a pressionar ainda mais o governo a tomar atitudes incisivas no combate a tais posicionamentos.

Pressionado pelo setor mais radical entre os militares, Costa e Silva acabou por requerer a abertura de processo para a posterior cassação dos direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves e também do deputado Hermano Alves, do MDB da Guanabara – este último processado por ter criticado o governo em artigos publicados no jornal *Correio da Manhã*. Após intensas discussões e polêmicas por conta do requerimento, o processo foi encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 12 de dezembro de 1968 para votação, sendo negado por



216 votos contra, 141 a favor e 15 abstenções. Com o fracasso na tentativa de cassar os deputados considerados subversivos e intimidar os demais, o executivo federal editou, já no dia 13 dezembro de 1968, o AI-5 e o Ato Suplementar número 38, dando ares de legalidade e respaldo jurídico para ações autoritárias, com características próximas à da “normalidade republicana” (LEMOS, 2004). Com tais medidas, o governo, que “passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc.” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87), colocou o congresso e as assembleias legislativas estaduais em recesso por prazo indeterminado.

No jornal *Folha de Londrina*, em reportagem intitulada “A longa noite dos generais - Os tempos do AI-5 estão presentes na memória de quem os vivenciou, na direita ou na esquerda” (A LONGA..., 1988, p. 4), temos algumas colocações sobre qual teria sido a responsabilidade do presidente Costa e Silva sob o ato e o que teria motivado o governo a realizar tal ação. A reportagem apresenta diferentes interpretações sobre o período que antecedeu a promulgação do AI-5, com opiniões de políticos que fizeram parte do governo do período e de militantes que atuaram contra a ditadura. Ao tentar descrever o contexto e a tensão dos quartéis no período, em especial do ano de 1968, o jornal busca destacar uma suposta insatisfação por parte dos militares nas casernas, tanto em relação ao valor dos soldos como no que tange a possíveis desvios morais, além do posicionamento de cunho nacionalista que estaria sendo defendido.

Um dos motes levantados no período seria o combate ao comunismo, que gerou verdadeira caçada a indivíduos que tivessem qualquer ligação com grupos, partidos ou pessoas consideradas comunistas. Sobre este contexto, Carlos Fico salienta que o AI-5 foi elaborado e amplamente apoiado pela chamada “linha dura”, que defendia o uso da violência sob a justificativa de que o Brasil só conseguiria o desenvolvimento almejado se “eliminasse a subversão e a corrupção que eles entendiam marcar, sobretudo, os políticos civis” (FICO, 2015, p. 67). Tais elementos buscaram elaborar um entendimento específico sobre o papel social dos militares, que seriam os bastiões da moralidade e da honestidade, como se os mesmos, por sua disciplina e rigidez, próprias da formação nos quartéis, possuísem as condições necessárias para conduzir o país de maneira adequada.

Segundo o *Folha de Londrina*, em meio ao caso envolvendo o deputado Márcio Moreira Alves, no dia 23 de outubro de 1968, e sob pressão dos quartéis,



“Costa e Silva – que aparentemente almejou e foi frustrado no seu intento de redemocratizar o país e emergir desse processo como uma grande liderança nacional – chegou a desabafar: ‘Estou vivendo os dias mais amargurados da minha vida’” (FOLHA..., 1988, p. 4). O trecho publicado apresenta Costa e Silva como uma figura que teria agido sob pressão, colocando-o ainda como alguém que teria batalhado pelo retorno da democracia do país, isentando-o de responsabilidades sobre as arbitrariedades cometidas. A moderação em relação às ações militares constante no jornal, em especial da sua cúpula, é um fator importante ao refletirmos sobre a formação das memórias sobre a ditadura e seus agentes, que reconhece os abusos cometidos, mas acaba por mitigar o papel das lideranças neste processo.

Uma das interpretações em torno do AI-5 é que se trata de um “golpe dentro do golpe” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87), arquitetado pela “linha dura” do exército. Nesta mesma direção, conforme consta em reportagem do jornal *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4), o ex-secretário de imprensa de Costa e Silva, Carlos Chagas, estaria “convencido de que o discurso de Márcio Moreira Alves, ‘que nenhum jornal publicou’, foi apenas um pretexto. ‘Os militares pretendiam endurecer e dar um golpe dentro do golpe’”. Em entrevista publicada pelo jornal *O Estado do Paraná* (O ESTADO..., 1988, p. 7), o jornalista, escritor, militante da Ação Popular e do PCdoB, Luiz Alberto Manfredini, afirmou que “o discurso do parlamentar carioca foi, na verdade, mero pretexto para a radicalização do regime militar há tempos reclamada por seus setores mais duros”. Notamos aqui que integrantes de posições distintas durante o período militar apresentam uma mesma percepção sobre o que teria motivado o AI-5, ou seja, de que o endurecimento do regime já era algo que estaria no horizonte dos militares identificados com a “linha dura”, mesmo antes do deputado emedebista se pronunciar em setembro de 1968.

Contudo, outras versões sobre o mesmo fato são apresentadas pelos dois periódicos. No jornal *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4), por exemplo, Romeu Tuma, ex-delegado ligado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista, afirmou que as passeatas em São Paulo “havam se transformado de manifestações pacíficas em ações de guerrilha urbana, objetivando a tomada de poder pela violência. [...] Isso tudo foi avaliado e, numa análise global, o Governo decidiu pelo AI-5, depois de sete ou oito meses de efervescência”. O próprio Márcio Moreira Alves, então subsecretário de relações internacionais do governador Moreira Franco (RJ) em 1988, relatou ao *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4) que “o golpe perpetrado pelo ato



institucional foi uma reação à intensificação da VPR e ALN”, grupos de esquerda armados e organizados na luta contra a ditadura no Brasil. Diferente da posição do deputado, o próprio *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4) acena em outro sentido ao destacar que “a anulação de qualquer possibilidade imediata de redemocratizar o Brasil por via pacífica, levou centenas de jovens estudantes para as fileiras da luta armada, provocando o banho de sangue do período de 1969 a 1971 (principalmente)”.

Sobre a intensificação dos movimentos revolucionários, a historiadora Maria Paula Araújo (2008, p. 269) destaca que “a luta armada no Brasil pode ser vista como o resultado da repressão de imensas energias juvenis brotadas ao longo das manifestações de 1968 e subitamente cortadas em 1969, com o AI-5”. Ao contrário da versão apresentada por Moreira Alves e Romeu Tuma, Araújo aponta para o fato de que a opção pelo ingresso nas frentes armadas, mesmo sendo algo que já vinha sendo discutido pelas forças de esquerda desde o início da década de 1960, tanto no Brasil como na América Latina, acabou sendo agudizada após o AI-5 entre os jovens universitários, ao passo que, “coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada” (ARAÚJO, 2008, p. 270).

Já o deputado federal na época da publicação das reportagens, Delfim Netto (SP), ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento durante a ditadura, foi enfático ao atribuir a culpa pelo AI-5 à esquerda, como consta na reportagem do jornal *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1988, p. 4):

O 13 de dezembro foi produto da insensatez da esquerda, que não soube avaliar o momento histórico. A esquerda via condições para a tomada do poder, quando não havia possibilidade nenhuma. Diante daquela balbúrdia que estava obviamente destruindo a sociedade brasileira, nós tínhamos de fazer algo para defender o Governo e o Estado.

As interpretações sobre os fatores que teriam originado o AI-5 acima apresentadas tiram a centralidade do ato dos militares e a direcionam para os grupos de oposição. A ampliação da participação popular nas manifestações e na luta armada, que teria sido uma consequência do avanço da repressão militar ao longo de 1968, é colocada, segundo tais percepções, como a motivação que justificaria as ações mais violentas dos militares. Sendo assim, como justificativa para a desenfreada utilização do aparato repressivo do Estado, os



militares ressaltavam o seguinte a respeito dos objetivos do regime: “praticar o autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro” (LEMOS, 2004, p. 415). Ou seja, toda e qualquer ação do Estado era realizada por um bem maior, que seria o resgate da moralidade perdida e o combate aos fantasmas do comunismo.

Nas percepções de Delfim Neto e Romeu Tuma, notamos ainda uma tentativa de desqualificar as ações dos grupos de resistência e de colocar a ação militar como algo pensado e organizado para conter o risco e a barbárie que a esquerda representaria. De certo modo, estas noções em torno do AI-5 e da responsabilidade dos militares sob o ato acabaram por ganhar força na sociedade nas décadas seguintes, com recorrentes afirmações de civis que insistem em afirmar que “só bandidos foram presos”, por exemplo. Estes elementos compõem o arcabouço de memórias sobre a ditadura no Brasil, e são indicativos de como os militares atuaram não apenas por meio da repressão, mas também da construção simbólica de determinadas memórias sobre a ditadura militar, inibindo informações e construindo mitos. Tal processo de agenciamento da memória, operado de modo especial no período de redemocratização, resultou em determinado entendimento positivo sobre o papel dos militares na sociedade, mesmo com diversas atrocidades por eles cometidas. Tendo em conta esta questão ligada às memórias, vale a ponderação de Enzo Traverso (2012, p. 26), de que a “memória singulariza a história”, ou seja, ela não respeita a cronologia e não considera as racionalizações de cunho mais amplo, global, colocando-se indiferente às narrativas que analisam o conjunto.

Os atos de violação de direitos e abusos são apontados pelos próprios militares como exceções à regra, como casos isolados, cometidos por agentes que quebraram protocolos. Com este discurso, afastam de si próprios as responsabilidades sobre crimes contra os Direitos Humanos que, como se sabe, tornaram-se rotina após o AI-5. A partir de 1968 foi criado um “sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas em corrupção” (FICO, 2015, p. 62). Percebemos que com o AI-5, houve também uma maior organização e maiores investimentos no aparelho repressor do Estado, com a criação de órgãos específicos para atuar na fiscalização e repressão de pessoas, grupos ou instituições consideradas subversivas e que pudessem ameaçar a ordem almejada pelo regime. Concordamos com o historiador Carlos Fico (2015, p. 67) quando o mesmo afirma que “o AI-5 tornou o regime uma indiscutível ditadura”,



ou seja, ações autoritárias já realizadas anteriormente de modo ilegal, agora eram postas em práticas sob a tutela da lei.

Sobre este período de endurecimento do regime, o jornal *Folha de Londrina* inseriu no centro e em destaque da reportagem que aborda os 20 anos do AI-5 o seguinte texto: “Há 20 anos, os militares baixaram o ato institucional que implantou uma república de medo no País, através da censura, perseguição, cassação de mandatos, prisões, tortura e morte dos oponentes ao regime” (FOLHA..., 1988, p. 4). Buscando apontar para o autoritarismo que se desencadeou após 1968, o jornal *O Estado do Paraná* (O ESTADO..., 1988, p. 7) publicou, em trecho de entrevista com Luiz Alberto Manfredini, que “o ato foi incisão profunda, extensa e traumática na vida nacional. Foi o golpe dentro do golpe, requintada expressão da ideologia da segurança nacional, exacerbação do militarismo. Escancarou-se o veio do fascismo vertendo ódio irreprimível, vasto e cruel”. A acusação elaborada pelo ex-militante tem como base, além de suas experiências e memórias particulares, o fato de que:

inúmeros estudantes, operários, intelectuais, políticos e outros opositores dos mais diversos matizes foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio, após a edição do AI-5. Rígida censura foi imposta aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O regime militar dava fim à luta política e cultural do período, reprimindo duramente qualquer forma de oposição. “Anos de chumbo” viriam a suceder o “ano rebelde” de 1968 (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87).

Com o AI-5, o que temos é a elevação no grau de autonomia e prática da violência – em especial da tortura – como ação operacional, em especial dos órgãos de informações que tinham como objetivo desarticular os possíveis focos de oposição política. Nesta direção aponta Priscila Antunes (2008, p. 239), ao afirmar que tais órgãos tinham como limites “apenas o interesse do governo militar em preservar os seus aspectos de legitimidade, freios que ficariam completamente suspensos no período imediatamente subsequente à edição do AI-5”. Podemos notar a quebra destes limites, por exemplo, nas lembranças expressas em entrevistas publicadas no jornal *Folha de Londrina*, como na de Felipe Amadeu, ex-capitão do exército, preso por resistir ao golpe e lutar contra o regime, ao afirmar que “naquele dia 13 de dezembro, os soldados encarregados de vigiar os presos políticos na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, comemoraram a assinatura do AI-5, obrigando todos a ficarem nus em



suas celas imundas” (FOLHA..., 1988, p. 4). Ênio Silveira, ex-militante do PCB, também relatou ao jornal: “eu fiquei 30 dias incomunicável. Não me torturaram fisicamente, mas fui submetido a diversas sessões de fuzilamento simulado” (FOLHA..., 1988, p. 4). Além deste relato, vale ressaltar que o AI-5 permitiu ainda que se efetuassem prisões sem acusação formal e sem mandato, e que, devido às restrições ao Judiciário, advogados que defendiam presos políticos se viam impedidos de aplicar garantias legais (LEMOS, 2004). Como podemos notar, os abusos de poder e a perda de direitos, como a simples comunicação e direito à defesa, a exposições a situações de violência psicológica e cenas vexatórias e de humilhação, tornaram-se frequentes, além, é claro das inúmeras mortes, desaparecimentos e violência física, tudo isso tendo ao fundo a certeza da impunidade.

Antes do AI-5, lembrou Felipe Amadeu ao *Folha de Londrina*,

a violência era seletiva e recaía basicamente sobre as forças de esquerda. Depois, passou a ser praticada contra a sociedade como um todo, de forma massiva. Atingia todo mundo, mesmo quem era contra o golpe só em pensamento. O AI-5 foi o grande túnel em que jogaram o país. Sustentados pelas classes dominantes, os militares criaram uma força e uma dinâmica próprias para tentarem se perpetuar no poder. Foi terrível. Em 64, perdi alguns amigos nas mãos deles. A partir de 68, começaram a matar estudantes (FOLHA..., 1988, p. 4).

Algo não muito abordado, mas que aparece no relato de Felipe, é como o AI-5 teria atingido parcela considerável da sociedade, mesmo aqueles de posições moderadas, ou que se manifestavam “só em pensamento”, ressaltando o nível de restrição e repressão a tudo e todos que se colocassem como adversários – entendidos pelos militares como inimigos de guerra.

Ressaltando os abusos cometidos pelos militares, Manfredini relatou também que “estávamos sendo caçados feito feras pelo apetite sanguinário de hordas policiais e militares atiçados pelo AI-5. Muitos de nós mergulhamos na clandestinidade por esta época, dispostos a lutar contra o fascismo a qualquer preço” (O ESTADO..., 1988, p. 7). Após dezembro de 1968, mesmo com a institucionalização da repressão e perseguição, estas ações passaram a ser realizadas não mais somente pela polícia, como acontecia até então, mas também por órgãos clandestinos, que agiam de forma secreta, e foram responsáveis por grandes brutalidades e atentados contra a vida cometidos



durante o regime (FICO, 2015).

O tempo do AI-5, ainda segundo entrevista de Manfredini concedida ao periódico *O Estado do Paraná*, “foi o tempo do silêncio, das perseguições e crueldades que tantos brasileiros enfrentaram com heroísmo. Perdemos, nessa época de trevas, muitos dos nossos melhores compatriotas. É sempre oportuno recordar a longa noite” (OESTADO..., 1988, p.7). Embora os dois jornais analisados tenham feito uma tentativa de reavivar principalmente memórias negativas do AI-5, o ato de lembrar destes episódios da história brasileira, infelizmente, não tem se mostrado uma constante. Os silenciamentos propostos durante o período de transição política, mas não somente, acabaram por interditar este passado recente, promovendo a não inscrição destes acontecimentos na memória social. A título de exemplo, em janeiro de 1980 o *Folha de Londrina* (FOLHA..., 1980, p. 2) publicou uma reportagem onde criticava a radicalização de grupos de oposição ao regime e defendia uma política de reconciliação, por medo de retrocessos no processo de abertura, onde não deveria haver espaço para revanchismos, ou seja, para relembrar a truculência dos atos militares e do AI-5, muito menos reivindicar a punição aos promotores da violência.

A democracia é logo ali, mas cuidado

A charge abaixo, publicada no início de 1979, de autoria de Douglas Mayer, veio acompanhada de uma reportagem sobre a formação do “primeiro escalão” da equipe que comporia o governo do último presidente da ditadura militar brasileira, o general João Batista Figueiredo. No dia seguinte, a manchete

Imagem 1 - Charge sobre o futuro da democracia do Brasil



Fonte: Diário do Paraná (1979d, p. 2).

do jornal *Diário do Paraná* seria: “Figueiredo jura que o Brasil terá democracia” (DIÁRIO..., 1979c, p. 1), publicada cerca de dois meses antes da posse do futuro presidente. Narrativas deste teor, na direção da abertura democrática, eram publicadas com certa apreensão e, ao mesmo tempo, entusiasmo pela imprensa.

A ironia da charge está justamente na desconfiança quanto aos atos do governo rumo à democracia, em razão



das limitações que ainda existiam no período e da postura ainda duvidosa dos militares. Um sorriso forçado, como que por obrigação, demonstra a tentativa ainda tímida em acreditar que a democracia haveria de chegar, num sentido quase religioso.

Na mesma página em que foi publicada a charge, constava ainda que o futuro presidente teria reafirmado seu compromisso em fazer do Brasil uma democracia, dando continuidade ao projeto de abertura iniciado com Ernesto Geisel. Perseguindo este objetivo, o general Figueiredo teria ainda jurado que sustentaria as garantias e liberdades civis, e ressaltou: “para que possamos institucionalizar, em termos duradouros, o regime republicano e representativo, com o qual a revolução está indissolúvelmente comprometida” (DIÁRIO..., 1979d, p. 1). Para despertar a esperança no povo, o então futuro presidente buscou ressaltar o compromisso da “revolução”, como era e é chamado pelos apoiadores da ditadura o golpe de 1964, que teria como finalidade última, segundo ele, a democracia. Sobre isso também falou o general Antonio Bandeira, ex-chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército, e então comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, ao ser questionado sobre a possibilidade de reversão do processo de abertura:

Eu acredito na maturidade do povo brasileiro, que pode conviver num regime inteiramente democrático, objetivo da revolução. A abertura que o governo está fazendo, é o prosseguimento do roteiro da revolução, que foi democrática. Nós estamos atingindo um dos estágios da revolução (DIÁRIO..., 1979b, p. 2).

Além de ressaltar que a abertura teria prosseguimento, a ideia de que seria ela uma etapa da “revolução” se mostra recorrente, apontando ainda que a mesma teria sido democrática. Vale sublinhar que o projeto de distensão iniciado por Geisel tinha como propósito “antes institucionalizar a ditadura e garantir sua estabilidade do que democratizar o país” (MOTTA, 2021, p. 253). Há uma tentativa de valorizar as ações militares e justificar os anos de exceção, demonstrando como suas ações, sem mencionar todo o arbítrio, teriam sido frutos de um projeto que sempre teve a democracia como objetivo. Uma estratégia discursiva que acaba por subverter os valores democráticos e tenta apagar do passado militar os rastros deixados justamente pela ausência de democracia, a qual se ancorou na justificativa de luta contra o comunismo, contra a subversão e a favor da moralidade. Ao devolver a democracia ao país,



as Forças Armadas se colocam como sua guardiã, e não parte deste sistema, mas sua tutora.

Para o jornal *Folha de Londrina*, “quando, afinal, cessou a vigência do AI-5, em 31 de dezembro de 1978, o país recomeçou a escrever sua história, após dez anos de hibernação totalitária” (FOLHA...,1988, p. 4). Contudo, esta tentativa de reescrever a história encontrou pela frente militares que desejavam manter seu status de centralidade e de mantenedores da tutela da política no país. Para alcançar os propósitos almejados, era preciso deslocar o foco do passado e mirar no futuro que se desenhava, aproveitando da empolgação do período de abertura política, tão esperada pela sociedade civil.

Perante as novas possibilidades políticas, uma certa efusão de expectativas pairava sobre qual seria a postura do novo presidente e, embora com algum receio, o fim do AI-5, ocorrido a partir do primeiro dia do ano de 1979, foi um ponto comemorado pelos que ansiavam pelo retorno da normalidade democrática, ainda que relativa. No último dia do ano de 1978, o *Diário do Paraná* (DIÁRIO..., 1978, p. 4) publicou o seguinte a respeito da queda do AI-5: “o Brasil ingressa no chamado Estado de Direito, que não será igual aquele assegurado até 1964, pela Constituição de 1946, pois que o regime disporá de medidas de emergência capazes de estabelecer eventualmente a exceção, quando julgar necessário”. Assim, o ato mais cruel da ditadura chegaria ao fim, mas mecanismos de interdição eram mantidos, e poderiam ser acionados caso os rumos políticos e sociais não seguissem a bússola militar.

As referidas medidas foram asseguradas por meio da Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978 (BRASIL, 1978), que extinguiu o AI-5, impôs o fim da censura prévia para rádio e TV, garantiu o reestabelecimento do habeas corpus, a revogação das penas de morte, prisões perpétuas, restauração da independência do poder judiciário, entre outras coisas. Contudo, foram mantidas e incorporadas algumas “salvaguardas para a defesa do Estado” (CODATO, 2005, p. 99), as quais institucionalizavam o regime, destinadas à manutenção de poderes discricionários por parte do executivo, sem necessidade do uso dos atos de exceção. Foi criado, por exemplo, o “estado de emergência”, que poderia ser decretado pelo presidente sem necessidade de consulta prévia ao Congresso. As atividades sindicais e dos movimentos estudantis continuavam limitadas, assim como a anistia e o retorno do pluripartidarismo só viriam a ser promulgados no decorrer de 1979, já sob o governo Figueiredo. A imunidade parlamentar também não foi totalmente reestabelecida, e os parlamentares ainda poderiam ser processados em casos de crimes contra a “segurança



nacional”, embora o presidente já não pudesse mais cassar mandatos nem suspender direitos políticos (CODATO, 2005). Sobre este cenário de direitos ainda parciais, o jornal *Diário do Paraná* publicou a manchete “Fim do AI-5 reinicia democracia”, acompanhada do seguinte texto:

O Brasil entra no ano de 1979 recomeçando a viver o clima de democracia com o fim do Ato Institucional nº 5 e toda a legislação excepcional. O presidente da República não mais tem poderes para fechar o Congresso, cassar, mandatos de deputados, demitir ou aposentar funcionários. No entanto, questões vitais, como a censura, a alternância no poder, a formação de novos partidos políticos, o instrumental de segurança e a participação dos estudantes na política, além da liberdade sindical, continuam inalteráveis. Parlamentares dos dois partidos saudaram, ontem, o fim do AI-5, observando, no entanto, que é apenas o começo do processo de redemocratização no país (DIÁRIO..., 1978, p. 1).

Com uma mistura de entusiasmo e receio, empolgação e incertezas, o jornal paranaense aponta o tom dos sentimentos políticos que permeavam a sociedade entre o final de 1978 e início de 1979. Naquele momento, novos horizontes se desenhavam, em especial por parte daqueles que ansiavam pela abertura política, e expectativas diversas pairavam sobre o ano que se iniciaria, motivadas, entre outras coisas, pelo fim do AI-5, que ampliava o espaço de ação política, pela posse dos novos senadores, do novo governador e do novo presidente. Para o líder da bancada emedebista na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) no final da década de 1970, deputado Nilso Romeo Sguarezi, “a queda do AI-5 está para o parlamentar na razão direta em que esteve a censura para a imprensa” (DIÁRIO..., 1979a, p. 3). Além destes pontos que já eram sabidos e aguardados, muito se falava também sobre a promulgação da Lei de Anistia, que viria a ocorrer em agosto de 1979, e o consequente retorno dos exilados e libertação dos presos políticos, além da possibilidade do fim do bipartidarismo. Sobre esse ponto, o deputado Guarezi convidou publicamente, mesmo antes da promulgação da anistia, todos os dissidentes políticos e cassados pelo AI-5 para integrar os quadros do MDB.

Sobre este mesmo contexto, em janeiro de 1979, o então deputado estadual paranaense Gustavo Fruet, do MDB, relatou que a situação do país não era de tranquilidade, pois, embora extinto o AI-5,



continuam existindo 26 milhões de menores abandonados; injusta distribuição de renda. Caiu o AI-5, sem ter preservado o valor da moeda nacional, sem que se haja efetuado a reforma agrária, – sem ter valorizado o trabalho como fonte geradora de riqueza nacional, sem ter reformulado a efetiva execução da previdência nacional e sem a solução do sistema educacional brasileiro (CORREIO..., 1979, p. 4).

Da mesma forma, o ex-líder emedebista Nilso Sguarezzi, embora apresentasse certo fervor com o início da abertura, relatou: “buscamos a reforma do poder, sem eleições indiretas, salvaguardas, lei Falcão. A queda do AI-5 não diminui o impacto pela volta ao Estado de Direito: pelo contrário, põe mais força nessa heroica jornada” (CORREIO..., 1979, p. 4).

O que se nota é que, embora comemorada, a queda do AI-5 foi apenas um passo no caminho da descompressão, e acabou por fomentar ainda mais o processo de abertura. Além disso, pautas que eram destaque entre os movimentos populares no período anterior ao golpe começavam a retornar à cena pública de modo mais contundente, como a reforma agrária e a valorização do trabalhador, visto que tais bandeiras estiveram sufocadas durante os anos de maior arbítrio e tratava-se de problemas que se agravaram no decorrer da década de 1970. Como apontam as publicações apresentadas, o fim do AI-5 foi compreendido como início, mas não como a efetivação do processo democrático, visto que o sistema ainda apresentava restrições e a sociedade, em especial as camadas populares, ansiava por mudanças. Além disso, mesmo que a total retirada das restrições políticas tivesse ocorrido, sabemos que ela não é garantidora da democracia, visto que tal sistema implica, além do fim do veto à ação política, em uma maior e mais efetiva participação popular na política e na incorporação de valores democráticos pelos agentes políticos.

Com os olhos voltados para o futuro, parte das reportagens publicadas no jornal *O Estado do Paraná* tinha como objetivo compreender o que políticos e militantes que viveram e participaram da ditadura, fosse a apoiando ou na resistência, pensavam a respeito do futuro, em especial sobre as eleições para a presidência que se realizariam no próximo ano, e sobre ações militares que pudessem colocar em risco a redemocratização. A reportagem destacada pelo dossiê do SNI tinha como título “Há cheiro de pólvora no ar?”, em menção ao temor que ainda pairava a respeito de um possível retorno dos militares. Neste sentido, um dos sujeitos ouvidos foi o então governador Álvaro Dias (PMDB),



que alegou: “não há cheiro de pólvora no ar. Não há risco de retrocesso. Principalmente porque as lideranças políticas estão amadurecidas para impedir a inviabilização do calendário eleitoral” (O ESTADO..., 1988, p. 8).

Segundo Domingos Pellegrini, teórico da luta armada no passado, ex-marxista e que, no período da entrevista, se dizia cristão convicto, conforme salientou o jornal, “passamos vinte anos para nos livrar das pragas do golpe e sempre que os resultados das eleições contrariam uns e outros volta-se a falar em golpe. O Brasil precisa perder o medo de quartel, de polícia” (O ESTADO..., 1988, p. 8) – a denúncia feita em 1988 parece válida para os tempos atuais, e o medo dos militares parece ainda persistir. Nota-se, nas duas passagens, rápidas menções às eleições realizadas em 1988 e às próximas, que, em razão do relativo sucesso do Partido dos Trabalhadores (PT) naquele ano, partido que fez oposição aos militares e era um dos grandes representantes das esquerdas naquele momento, poderia incitar os quartéis a reaverem o poder e barrar a realização das eleições para presidente previstas para o ano de 1989 – a primeira eleição direta para presidente realizada desde 1960, em razão das imposições da ditadura militar. Se aventava que a possibilidade de vitória de um partido que havia sido oposição à ditadura e que não estivesse alinhado com o projeto de país dos militares poderia não ser aceito pelos mesmos, que apesar de já não se encontrarem no poder, ainda continuavam à espreita das atividades e rumos da política nacional, e que, ao que consta nas falas em questão, poderiam intervir para “realinhar” o processo aos seus moldes.

Ao ver de Paulo Pimentel, ex-governador paranaense (1966-1971) e membro do grupo que apoiou o golpe no Paraná, “as Forças Armadas não tem interesse em assumir o poder e elas, historicamente, só assumiram o poder quando convocadas pelo povo, como ocorreu em 1964, quando as mulheres marchavam pelas ruas pedindo a intervenção militar” (O ESTADO..., 1988, p. 8-9). De modo parecido, Antonio Acyr Breda, ex-advogado de presos políticos e chefe da Casa Civil do Paraná entre 1988-1990, alega que “não há condições de retrocesso. Em 64, a classe média fazia marchas pelas ruas pedindo o regime militar e hoje ela vota no PT. A Igreja Católica de 64 teve participação no golpe, hoje ela avançou muito” (O ESTADO..., 1988, p. 9). Aqui, temos duas menções à participação da sociedade civil no golpe de 1964, ocasião em que consideráveis manifestações ocorreram nas grandes cidades do Brasil, sob a seguinte bandeira: “A marcha da família com Deus pela liberdade”⁵, além, é claro, de seu posicionamento anticomunista. Naquele período, os grupos economicamente mais abastados e a Igreja Católica tiveram papel decisivo na pressão pela saída de João Goulart



do poder, bem como entidades civis, financiadas por estes grupos econômicos, como os complexos IPES/IBAD, deram suporte político-econômico para o golpe⁶. Na década de 1980, e mesmo antes, diversos destes grupos que apoiaram o golpe acabaram por ocupar papel de oposição posteriormente, em razão, entre outras coisas, do aumento da violência pelo Estado – como foi o caso da Igreja Católica –, e passaram a lutar pela redemocratização, por isso das falas apontarem para uma suposta falta de apoio aos militares naquele momento.

Por fim, para o cineasta Silvio Back, que lutou na resistência contra a ditadura, “o papel a que os militares se propuseram em 64, como o de modernizar o país mesmo a custo de torturas, foi bem sucedido. Hoje eles não têm mais propostas de poder: 64 não foi uma aventura, foi um projeto de poder” (O ESTADO..., 1988, p. 9). Apesar de apontar para as torturas cometidas no período, Silvio apresenta moderação ao dizer que o projeto dos militares foi “bem sucedido”, e que teria sido algo pensado, estruturado, e não uma ação inconsequente. Mesmo que subjetivamente, acaba por selar como positiva a ação das Forças Armadas, como um processo que teria conduzido o país a uma suposta modernização, mesmo o país tendo encerrado o período ditatorial enterrado sob dividas e com índices sociais e econômicos péssimos. Para outro militante da resistência, Vitório Sorotiuk, liderança estudantil em 1968 que foi exilado, ao relatar sobre o contexto da década de 1980, destacou que “desfruta-se hoje de relativa liberdade – mas temos que estar atento aos ovos da serpente. [...] Precisamos continuar com as forças populares para resistir ao avanço conservador. Pois os democratas de então são os conservadores de hoje” (O ESTADO..., 1988, p. 10). O tom deste último relato coloca em alerta os leitores e não descarta uma mudança de posicionamento dos militares e da sociedade, e aponta para transformações que já teriam ocorrido, ao afirmar que, mesmo entre os que lutaram pela democracia, há uma ideologia conservadora que poderia colocar em risco a liberdade conquistada, ou seja, que havia naquele momento uma democracia relativa.

Considerações finais

Rememorando os 20 anos da implantação do AI-5 no Brasil, fato que marca o início do terror institucionalizado, pudemos ver distintas maneiras em que o ato se fez presente na memória de algumas pessoas que vivenciaram o período. Além disso, notamos que, em linhas gerais, as reportagens dos jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, tentaram colocar o AI-5 como um



processo que resultou em saldo negativo na história do nosso país, apesar do tom moderado em relação ao papel dos líderes militares e de dar espaço para interpretações divergentes sobre o que teria motivado a promulgação do ato. Logo após a queda do Ato, temos uma tentativa, por parte dos militares e seus apoiadores, de reafirmar a ideia de que tratou-se de uma fase da “revolução”, algo planejado, assim como a violência perpetrada, que teria como objetivo garantir uma suposta normalidade democrática, mesmo que sob o custo de 21 anos de arbítrio. Ao tratar da memória, consideramos que, mesmo os jornais tendo buscado condenar as práticas violentas que se deram após o AI-5, ao menos parcialmente, o efeito e alcance das reportagens competem com memórias pessoais e outras narrativas difundidas na sociedade por diferentes canais.

No material analisado percebemos um foco maior no contexto social e político que teria originado o AI-5, e poucas menções às arbitrariedades provocadas pelo ato, com exceção de algumas memórias de indivíduos que passaram por situações traumáticas ou perderam pessoas próximas. Ao abordar com maior ênfase o período que antecedeu o ato, há um discurso que, parcialmente, atrela a violência militar a uma reação às ações da esquerda, fato que contribui com a formação de um entendimento distorcido sobre o papel da resistência até os dias atuais, e que acaba por criminalizá-la. Concordando com o apontamento de Maria Helena Capelato (2006, p. 69), de que “a memória é uma construção sempre retroativa”, as falas recorrentes no sentido de que os militares “atenderam ao pedido” da população em 1964 parecem ter sido bem difundidas, visto que se cristalizaram na memória de parte da sociedade, que acredita ser o comunismo o grande inimigo da nação.

Já nos relatos sobre as expectativas de futuro do país, temos um aparente tom conciliatório mesclado com esperança e medo. Isso em razão do temor pelo retorno dos militares ao poder, e de que os mesmos pudessem retroceder no processo de abertura caso se sentissem ameaçados. O espaço utilizado para expor as percepções sobre o futuro, mesmo que se mostrem relevantes para o momento, acaba por ocultar e silenciar o passado, com todas as formas de atuação dos mecanismos de repressão utilizados pelos militares, assim como as diversas violações de direitos, mortes e toda violência perpetrada no período. Os problemas mal resolvidos no passado, bem como a interdição da memória, tiveram como resultado uma limitação e distorção dos ideais democráticos no presente, e uma democracia construída sob bases frágeis, que vive sobre ameaças e retrocessos.



Tanto no início de 1979 quanto no fim de 1988, temos a forte marca da violência presente nos discursos, e a intensa presença dos militares, mesmo que em 1988 os mesmos já estivessem afastados oficialmente do poder – ou apenas tenham passado para o fundo do palco (CODATO, 2005). A punição que em 1979 parte da oposição esperava que os militares tivessem, mas não receberam, pode ter se tornado, em 1988, motivo de maior receio, já que confirmou-se a impunidade, e isso poderia fomentar novas ações de cunho violento e novos excessos. O horizonte estava turvado com o sangue derramado no passado, e por mais esforço que se fizesse, tais cicatrizes ainda permaneceram como lembranças do arbítrio que poderia voltar à cena.

Referências

A LONGA noite dos generais: os tempos do AI-5 estão presentes na memória de quem os vivenciou, na direita ou na esquerda. *Folha de Londrina*, Londrina, 13 dez. 1988.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. *In*: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; FERREIRA, Marieta De Moraes; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 201-244.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. *In*: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula Nascimento; FERREIRA, Marieta De Moraes; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

ARQUIVO NACIONAL. *Serviço Nacional de Informações*. ACT-ACE 482. Brasília: Arquivo Nacional, 22 maio 1980.

ARQUIVO NACIONAL. *Serviço Nacional de Informações*. ACT-ACE 1336. Brasília: Arquivo Nacional, 24 ago. 1981.



ARQUIVO NACIONAL. *Serviço Nacional de Informações*. ACT-ACE 7947. Brasília: Arquivo Nacional, 19 dez. 1988.

BAUER, Caroline Silveira. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35948/18569>. Acesso em: 2 out. 2021.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 05 out. 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Emenda Constitucional n. 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 16713, 17 out. 1978.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 11017, 27 out. 1965.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 12265, 28 ago. 1979.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar Argentina: um desafio para a História. *Clio*, Recife, v. 24, n. 1, p. 61-81, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24758/20032>. Acesso em: 30 dez. 2022.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074>. Acesso em: 21 set. 2022.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o



livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/SXsL7dJ66LNpS5r3GCd638p/>. Acesso em: 21 set. 2022.

CORREIO de Notícias, Curitiba, 3 jan. 1979.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 31 dez. 1978.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 3 jan. 1979a.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 19 jan. 1979b.\

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 20 jan. 1979c.

DIÁRIO do Paraná, Curitiba, 21 jan. 1979d.

DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 57-71.

FICO, Carlos. Violência repressão e sociedade. In: FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 61-87.

FOLHA de Londrina, Londrina, 4 jan. 1980.

FOLHA de Londrina, Londrina, 13 dez. 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/105>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LE MOS, Renato. Poder judiciário e poder militar (1964-69). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de



Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 409-436.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: GONÇALVES, Janice (org.). *História do tempo presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016. p. 59-76.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016. p. 25-47.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>. Acesso em: 30 set. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Humberto Fernandes. Imprensa e ideologia: o jornal Folha de Londrina e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 50. *Mediações*, Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, 1999. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9267>. Acesso em: 21 mar. 2022.

O ESTADO do Paraná, Curitiba, 11 dez. 1988.

PAES, Gustavo Josué Simoni. Religião, constituição e impresso: a representação do ensino religioso no jornal Correio de Notícias durante os anos de 1985-8. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 10., 2021, Aracaju. *Anais [...]*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2021. p. 1-15.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.



REIS, Daniel Aarão. A Constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 277-297, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20879/22392>. Acesso em: 5 out. 2022.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXNb6mzXND3D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2022.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/941>. Acesso em: 22 mar. 2022.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-46, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/17393/13255>. Acesso em: 20 set. 2022.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. *Idéias*, Campinas, n. 1, p. 71-93, 2010.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Rio de Janeiro: UNIPOP, 2012.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 333-358, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

Notas

¹Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC). Professor colaborador do Departamento de História da UNESPAR, campus de Campo Mourão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3878-4029>.

²Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi eleito em janeiro de 1985, mas veio a falecer em abril de 1985, tendo sido internado antes



mesmo de sua posse. Em seu lugar, assumiu José Sarney, eleito pelo mesmo partido para o cargo de vice-presidente e que governou o país até o início de 1990. Sarney, apesar de civil, havia apoiado desde 1964 o regime militar, foi um dos líderes da Arena e um dos fundadores do Partido Democrático Social (PDS) após o fim do bipartidarismo. Apenas em 1985 migrou para o PMDB.

³O termo “argentinização”, também chamado de “síndrome de Alfonsín”, em referência ao então presidente da Argentina que estava liderando a transição política daquele país, trata de possíveis movimentações por parte do Estado, de membros da esquerda e das vítimas da violência repressora da ditadura que pudessem resultar em punição aos militares brasileiros (BAUER, 2014). Isto pois, na Argentina, durante o período de redemocratização, vários militares foram julgados, condenados e presos por seus crimes cometidos durante os anos de ditadura.

⁴A promulgação do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965 (BRASIL, 1965), extinguiu os partidos políticos e colocou fim ao pluripartidarismo, em vigência desde 1945. Com isso, foram criados dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo o primeiro a base política de apoio ao governo e o segundo o partido opositorista – uma oposição controlada, vale salientar.

⁵Na cidade de Curitiba, a movimentação foi rebatizada de “Marcha a favor do ensino livre”, com um aceno às liberdades individuais e aos valores liberais, diferente das demais capitais, em que o apelo religioso, de cunho conservador, esteve presente de modo mais incisivo nas passeatas (CODATO; OLIVEIRA, 2004).

⁶Para maior compreensão sobre a atuação destes organismos, ver: Dreifuss (1987).